

---

---

## RESENHA

### A AUTONOMIA DE PROFESSORES

Domingo, José Contreras. *Autonomia de professores*. São Paulo-SP: Cortez, 2002. 296 p.

---

---

A autonomia de professores, dentro do contexto de diferentes concepções educativas, é a autonomia que busca entender a relação do professor com a sociedade e do papel desta em relação à educação.

Apesar de ser uma expressão comum em discursos pedagógicos e meios acadêmicos a autonomia de professores, não tem sido bem explicada quanto ao seu significado. O tema autonomia é muitas vezes, usado fora do contexto educativo ou apenas como slogans, para encobrir pretensões outras, ou somente para justificar objetivos da administração pública e como instrumento de controle.

Os professores em geral, também não têm entendido muito bem o verdadeiro sentido da autonomia profissional e a utilizam como instrumento de defesa, no sentido de impor uma menor interferência da sociedade e da própria família nos assuntos da escola.

Por conseguinte, há necessidade de se entender a autonomia dentro do contexto pessoal, institucional e principalmente, profissional do docente, já que este ainda vê seu trabalho como fruto de capacidades pessoais, ligadas mais aos traços de personalidade e da motivação.

A obra, *Autonomia de Professores*, escrita pelo autor espanhol, José Contreras Domingo, doutor em ciências da educação pela Universidade de Málaga, vem preencher a escassez de pesquisa nessa área. É um texto importante, aonde o autor faz interessante estudo, traçando um perfil esclarecedor sobre a natureza e exercício da autonomia dos professores em serviço.

O resultado é uma análise construída em torno de três partes: na Parte I, O PROFSSIONALÍSMO NO ENSINO, o autor chama atenção para o entendimento do que significa ser profissional, discutindo as ambigüidades e contradições inerentes à profissionalidade. Na parte II, MODELOS DE PROFESSORES: em busca da autonomia profissional do docente, encontramos o estabelecimento de discussão sobre as diferentes tradições a respeito da profissionalização do professor, que ora o coloca como um profissional técnico, ora como uma profissão de caráter reflexivo e também sob a concepção de um intelectual crítico. A parte III, A AUTONOMIA E SEU CONTEXTO, encerra o núcleo fundamental da obra. Nela a autonomia do professor é discutida sob o ponto de vista do conteúdo e não como slogan.

O texto mostra que através dos tempos os professores têm perdido o controle sobre o próprio trabalho. A proletarização da profissão docente é apontada como fator preponderante nesse processo que termina com a perda da autonomia. Nas entrelinhas, se encontra a perda do sentido ético da profissão e a falta de natureza ideológica, na atual concepção do saber docente.

Partindo dos traços que caracterizam cada profissão, como, por exemplo, saber sistemático ou competência, vocação, licença exclusiva no campo de trabalho, independência ou autonomia tanto frente às organizações como frente aos clientes e auto-regulação ou controle exercido pela própria categoria profissional, o autor chega à conclusão que o docente ainda é um semiprofissional,

pois não apresenta muito desses traços. Na verdade, as reivindicações de profissionalismo dos professores, podem resultar numa estratégia discutível em relação sua eficácia e valor de suas possíveis conquistas. Neste sentido a reivindicação de profissionalismo pode significar a estruturação da profissão docente, mas, por outro lado, não significa que assim o docente esteja conquistando autonomia.

Em relação à posse do conhecimento científico, a prática científica vem se apresentando como um campo discursivo restritivo e seletivo, aonde a profissionalização encontrou seu processo mais forte de legitimação. Porém, o professor ocupa um papel de consumidor e não de criador, em relação à comunidade discursiva da educação. Desta forma quem detém o status de profissionais da educação é um grupo seletivo de acadêmicos e pesquisadores universitários, bem como uns poucos especialistas que têm funções administrativas, de planejamento e de controle no sistema educacional. Neste sentido, o profissionalismo docente encerra uma armadilha, revelada através das transformações administrativas e trabalhistas para os docentes, aonde há sempre a exigência de sua colaboração, através de mais trabalho, sem mais remuneração; mais altruísmo, com menos queixas, tudo em nome de uma profissionalização que atua como modo de garantia da colaboração do docente, sem discutir os limites de sua atuação.

A falta de autonomia, revelada pelo descontrole sobre o próprio trabalho docente e pela desorientação ideológica, não justifica que em nome dessa autonomia se possa excluir a comunidade das decisões educativas que lhe afetam. Nesse paradoxo o autor diz que a autonomia dos professores está mais para a qualidade educativa do que para a qualidade profissional do docente.

Fugir do argumento corporativista que identifica a autonomia como isolamento, intromissão ou forma de obter colaboração e obediência, pode ajudar a encontrar o valor da profissionalidade docente, voltada para a natureza educativa e de valorização subjetiva. Para isso, antes de se reivindicar um melhor status profissional, devem ser reivindicados outros valores profissionais como: melhor formação, capacidade para enfrentar novas situações e capacidade de decidir, de modo responsável, o propósito educativo. Ora, se a atuação docente não é de caráter isolado do professor, pois, segundo o autor, fatores históricos, culturais, sociais, institucionais e trabalhistas, tomam parte junto com os indivíduos, então, acrescenta ele, para se entender o problema da autonomia, a partir de uma perspectiva educativa deve-se, primeiro, passar pelas três dimensões da profissionalidade, que são: o compromisso de caráter moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional do docente. O caráter moral situa-se acima de qualquer caráter contratual e está relacionado à dimensão emocional, presente em toda a relação educativa; o compromisso com a comunidade diz respeito à relação de compromisso social da própria profissão docente, ocupando aí, o professor, uma função encomendada e recomendada publicamente e a competência profissional, que diz respeito à consciência do docente sobre as consequências de sua prática pedagógica.

A racionalidade técnica é vista pelo autor como “uma solução instrumental de problemas mediante a aplicação de um conhecimento teórico e técnico, previamente disponível, que procede da pesquisa científica” Assim, o uso da ciência aplicada, é visto como uma barreira ao desempenho profissional, primeiro, porque a relação de estabelece entre a prática e o conhecimento é hierárquica; segundo, porque a ciência aplicada para o professor, seriam apenas regras tecnológicas e terceiro, porque os fins pretendidos são fixos e bem definidos. Entendo que essa preocupação do autor é legítima, pois o profissional técnico passa a ser um dependente do conhecimento e nunca um produtor; os objetivos de ensino são sempre vistos como produto, em vez de qualidade que possa guiar a prática. Isso é terrível para a educação.

A formação do professor como um profissional reflexivo, é analisada sob a ótica de Schön (1983), que vê o professor como um pesquisador no reflexo da prática. Assim, ao con-

trário do docente técnico, cuja ação profissional é alheia à realidade externa, o profissional reflexivo entende que faz parte da ação e através dela pode contribuir para o processo educativo. É a reflexão na ação.

O modelo apresentado por Schön (1983), porém é criticado. O professor como profissional reflexivo, segundo o autor é limitado pelo próprio envolvimento individual em práticas reflexivas, tendo em vista que leva em conta apenas a pontualidade do que está em suas mãos e não contempla a situação institucional em sua reflexão. Esse é o mesmo entendimento de autores como Lliston e Zechcne (1991).

Para o autor, cada modelo de professor apresenta um modelo de autonomia distinta. Para o docente técnico a autonomia é vista como status (atributo) e é ilusória; para o profissional reflexivo, é responsabilidade individual e equilíbrio entre a independência de juízo e a responsabilidade social. Já para o intelectual crítico, a autonomia é concebida como emancipação: liberação profissional e social das opressões, superação das distorções ideológica; é consciência crítica.

Nesse sentido, aponta como modelo de autonomia desejada para os professores, a do intelectual crítico, idéia tratada por vários autores, mas melhor desenvolvida por Giroux (1990). A reflexão crítica alia uma concepção libertadora da prática de ensino com um processo de emancipação dos próprios professores, que avançam, dessa forma, rumo ao processo de transformação da prática pedagógica através da percepção dos valores e significados ideológicos implícitos nas atuações de ensino e nas próprias instituições.

Finalizando o autor faz uma abordagem elucidativa sobre o papel que tem hoje a autonomia dos professores, mostrando-a como um processo de construção permanente que envolve vários elementos de forma decisiva. Assim necessariamente a dinâmica da autonomia passa pela independência de opinião do docente; pela formação de sua identidade no contexto de suas relações; pelo distanciamento crítico, pela consciência de sua parcialidade na compreensão dos outros, pelo entendimento de que a auto-avaliação e a compreensão de si mesmo, também fazem parte do processo de discussão. A autonomia dos professores só pode ser identificada corretamente se observada dentro de um contexto de trabalho, pessoal e institucional, independente das dimensões de sua profissionalidade e dos modelos de docentes pré-estabelecidos.

O verdadeiro desafio do professor é, portanto, conduzir a educação democraticamente, fugindo da autocomplacência e do individualismo competitivo. É construir a autonomia profissional, junto autonomia social; adquirir maior capacidade de intervir nas decisões políticas de interesse da escola e construir seu saber docente permanentemente, dentro de interesses voltados para os campos profissionais, pessoais e institucionais.

Entendo que a leitura deste rico trabalho desenvolvido por Contreras, pode ser recomendada para professores de nível superior em geral, mas precisamente para pós-graduandos lato ou stricto sensu, na área de educação e a todos os interessados pelo tema. Pode, também, servir de fonte de inspiração para profissionais de outras áreas, desde que se veja a autonomia como condição indispensável para o crescimento profissional e instrumento de compreensão de tensões ou de contradições, engendradas pelas políticas sociais, nas quais a lógica mercantil ganha espaço contra a lógica elaborada com base em princípios que favorecem as igualdades sociais.

José Adersino Alves de Moura  
Mestrando em Educação - UFPI  
Oficial da PMPI e Professor da UESPI